

SESSÕES DO PLENÁRIO

23ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de novembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora marcada, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, , Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 20.047/2012. Há um requerimento assinado por mais de 28 Srs. Deputados.

(Lê) *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 7.765/2012 para o Projeto de Lei nº 20.032/2012, Requerimento de Urgência nº 7.766/2012 para o Projeto de lei nº 20.048/2012, e o Projeto de Lei nº 20.047/2012.”*

Defiro o requerimento.

Não há Expediente a ser anunciado. Não há manifestação de orador no Pequeno Expediente. Não há manifestação de orador no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSB ou do Governo para falar ou indicar o orador

pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não havendo orador, com a palavra o Líder do PV ou da Maioria para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder PSL/PRB/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PTN/PSC/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, convocado, escalado, nomeado pelo Líder do Governo, ou melhor, pelo Líder da Oposição, deputado Bruno Reis...

O Sr. Zé Neto:- Você gosta de mim, rapaz! Ele dizendo que eu o escalei!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Ocupo esta tribuna para contrapor, meu caro deputado Joseildo Ramos, o que disse, aqui, o deputado Zé Neto. Quem ouve o deputado Zé Neto falar, deve imaginar que a Bahia é um outro estado, um estado que não tem problemas na segurança pública, um estado que não tem problemas na saúde e que a Educação vai muito bem. Essa é a Bahia que Zé Neto vende, que Zé Neto propaga, que Zé Neto divulga, mas a Bahia real é o inverso, é a Bahia campeã em crimes, é o estado mais violento do País, cujo governo é incapaz, vive um processo letárgico, não combate, não vai para a linha de frente para combater a criminalidade. É uma Bahia em que o governo foi reprovado nas principais cidades. Agora, nos maiores centros deste Estado, o governador Jaques Wagner e a sua “companheirada” perdeu...

O Sr. Zé Neto:- Deputado, 82% do eleitorado baiano!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Agora, ele fala que em algumas cidades, cidades pequenas, o governador Jaques Wagner elegeu alguns prefeitos...

O Sr. Zé Neto: Camaçari, Conquista, Juazeiro...

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sim! Mas perdeu em Salvador.

O Sr. Zé Neto:- Salvador não era nossa!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Perdeu em Feira de Santana! Perdeu em Feira de Santana com V. Ex^a recebendo uma goleada nas urnas. Lá, em Feira de Santana, o prefeito José Ronaldo passou por cima de Zé Neto, passou um trator que ele nem viu a placa!

O Sr. Zé Neto:-A placa, eu vi! A placa era 25!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Nem viu! Quando ele conseguiu enxergar, era só

o 25!

O Sr. Zé Neto:- Eu vi a placa! Era 25!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Ele conseguiu ver a placa com muita dificuldade, era 25. Então, eles falam o seguinte: mas a base elegeu mais de 300 municípios. Mas é bom lembrarmos que esses prefeitos fora do PT, da dita base, hoje estão com Wagner, ontem estavam com Paulo Souto, amanhã podem estar do nosso lado, sabe por quê? Esses migram de acordo com os ventos do poder. Esses não devem colocar na conta, porque essa maioria esmagadora também estava com Paulo Souto quando perdeu para Wagner. Essa maioria esmagadora hoje desses prefeitos estão no governo. Na hora que trocar o comandante do Palácio de Ondina eles vão inverter, vão migrar para quem estiver no poder. Então, esses não devem ser contabilizados na conta de Wagner, apenas os reeleitos pelo Partido dos Trabalhadores, porque sei que esses vão ficar em qualquer circunstância.

O deputado Zé Neto também fala na questão da saúde. Convido os Srs. Deputados e as Srs. Deputadas a comparecerem no Hospital Geral Clériston Andrade, que vão testemunhar de perto o que é gente nos corredores, jogados nas macas. Esta é a realidade. É só em Feira? Não, é em toda a Bahia. Aí ele assoma à tribuna e faz um discurso raivoso, nervoso, gesticulando, gritando, como se quisesse ganhar o jogo no grito. Mas no grito não ganha, vai ganhar no voto, porque tem a maioria, mas no grito não.

Aí ele vem para outra questão, a educação. A maior greve já realizada, deputado Deraldo Damasceno na Bahia foi no governo Jaques Wagner, que vendeu a ilusão aos professores, vendeu o sonho de melhores salários, engabelou o servidor público, ludibriou. Quem não lembra do governador Wagner, em campanha, com o contracheque na mão? Óbvio que o professor esperava ser recompensado e que de fato o governo pagasse o melhor salário. Quem não lembra do governador Wagner com o contracheque do servidor e o soldado Prisco, que era aliado dele, ficava com os contracheques na mão e passava para ele, na época candidato, mostrar na televisão?

Hoje o que se vê? Segurança pública um caos. Olha que a segurança pública de Paulo Souto era fraca, era horrível, e Jaques Wagner conseguiu ser pior. Paulo Souto importou um general, Edson Sá Rocha, que foi uma fase péssima na segurança pública. E aí o baiano apostou que Wagner seria a solução, mas ele conseguiu ser muito pior do que Paulo Souto.

A educação conseguiu bater um recorde, 115 dias em greve. E a saúde, eu falei dos três pilares de qualquer governo. Hoje o governador Wagner pratica o que condenou no passado – o adesismo. Quantos deputados migraram para a base do governo vendendo espaço? Porque ninguém mudou para o governo simplesmente pelos olhos azuis do governador nem pelos seus cabelos grisalhos nem pela sua barba branca, foi para lá em busca de um guarda-chuva, que era o fisiologismo do passado tão condenado.

Lembro de Zé Neto fazendo campanha lá em Feira, criticando o REDA e que ia acabar, pois era moeda de troca do tempo do carlismo para atrair deputados.

Prometeu acabar, mas, pelo contrário, aumentou. O PST, que foi promessa de campanha acabar, pelo contrário, aumentou. Não sou favorável que o REDA acabe, mas que discipline, que diminua, que em alguns casos essenciais ele possa existir, não o REDA do governo Jaques Wagner, que é moeda de troca. Você pega o relatório e vê quanto gastou no ano com o REDA! Mais de R\$ 400 milhões! E para que tantos Redas? Um governo que se elegeu fazendo propaganda defendendo o concurso público! Não acaba o REDA porque é moeda de troca!

Portanto, você professor, que foi ludibriado, que esperava que esse projeto viesse logo após a greve, como foi prometido, sabe por que não veio? Para não atrapalhar a campanha do Sr. Nelson Pelegriano aqui em Salvador.

Lembro-me muito bem que se falava em votar logo após a greve. Mas o governo colocou uma pedra em cima. Agora, a toque de caixa, aprova um regime de urgência e já vai votar o projeto sem ao menos debater com a categoria. Nela tem gente que pode estar a favor do projeto, mas outros também podem discordar. É isto que o governo não quer: abrir o debate, o diálogo. Mas fala que é um governo republicano.

Ora! Se esse governo não fosse republicano, nós já estaríamos com as nossas costas lapeadas, porque só governa com o chicote! O azorrague na mão do governador! Doa a quem doer. É um governo que de republicanismo não tem nada. É um governo totalitário e arbitrário.

Mas nós votaremos conforme a vontade do professor. Os professores é que vão dizer como a Oposição vai se posicionar nesta Casa, ouvindo-os. Essa é a posição que eu defendo na liderança oposicionista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de dez minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PR/PSDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de dez minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará, Sr. Presidente, o deputado Sandro Régis por cinco minutos. E o deputado Elmar Nascimento, pelos cinco restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, subo a esta tribuna para mais uma vez registrar a insensibilidade do governo Jaques Wagner, que traz para cá este projeto sem o debate e sem representar o acordo feito com os professores para que eles encerrassem a greve. É um governo que, com sua prepotência e arrogância, quer transformar esta Assembleia num mero instrumento de chancela da vontade do Poder Executivo.

Nós da Oposição estamos cientes de que este projeto não representa a vontade e os anseios da categoria na área educacional deste Estado. Parece que a greve de 115 dias não alertou o Sr. Governador de que a educação deve ser tratada duma forma séria, correta. E, acima de tudo, ela deve ser debatida com os educadores.

Mas agora vem o governo num dia de segunda-feira, em que não é praxe desta Casa votar projetos, marcar uma sessão às 6 horas da noite para que a categoria não possa se mobilizar e vir aqui reivindicar e discutir com os parlamentares o projeto que será votado.

Nós iremos votar contra, porque nós sabemos que este projeto não representa o anseio, o acordo, deputado Carlos Geilson, que foi proposto lá atrás para que a categoria encerrasse a greve. Ficamos muito tranquilos em poder subir a esta tribuna e proferir este discurso, porque desde cedo a Oposição esteve ao lado da categoria discutindo e muitas vezes sendo a porta voz perante o governo e a Bancada Governista.

É de estranhar que, hoje, uma segunda-feira, às 18h, pegando esta Casa de surpresa, se apresente este projeto que, além de não representar a vontade da categoria, prejudica alguns profissionais da Educação do Estado da Bahia. Então, iremos discutir e levar até as ultimas consequências, às últimas medidas, para que o Líder do Governo, deputado Zé Neto, tenha sensibilidade de retirar esse projeto, hoje, sente com a categoria, e traga um projeto que realmente venha representar o interesse dos professores de nosso Estado. Porque se esta Casa aprovar esse projeto estará a favor do governador, mas contra os professores e contra a educação do Estado da Bahia. Porque se os deputados procurarem saber dos professores de nosso Estado se eles estão a favor ou contra este projeto que a Bancada do Governo quer votar esta noite, majoritariamente, os professores não são a favor, porque este projeto não representa o que foi acordado para que a categoria, naquele momento, encerrasse a greve e voltasse às salas de aula. É por isso que nós da Oposição iremos votar contra, porque estamos a favor dos professores e contra a vontade do governador do Estado e do Secretário de Educação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das galerias, esse governo já ficou conhecido por não cumprir nada que acerta. E quando o Líder do Governo tenta votar com a rapidez que tentou votar semana passada e aprovou o requerimento de urgência a um projeto que trata do servidor público, a gente sempre fica com a pulga atrás da orelha achando que é porque tem algum Jabuti embutido nisso aí. Hoje, 72 horas depois, pela primeira vez tenho notícias nesta Casa de que o Líder do Governo convocou uma sessão para as 18 horas e o presidente já havia estendido o funcionamento da Casa para que fosse possível votar, ainda esta noite, o projeto que inclui na folha e faz algumas alterações no plano dos professores.

Mais uma vez o governo dá uma demonstração da falta de disposição quanto ao diálogo.

Outro assunto que eu gostaria de tratar esta noite tem relação com as contas dos prefeitos do Estado da Bahia que estão sendo apreciadas no Tribunal de Contas dos Municípios. O deputado Leur Lomanto Junior, nosso representante na Mesa Diretora e vice-presidente desta Casa, por ocasião da reunião dos prefeitos eleitos, já tratou deste assunto importantíssimo.

Passo a tratá-lo a partir de agora. Tal assunto levará, talvez, inclusive, à inelegibilidade de centenas de prefeitos probos que pagarão a conta de decisões do governo federal, pois a presidente Dilma poderia ter feito outras concessões diferentes para motivar o crescimento econômico de nosso País. Mas a presidente Dilma preferiu fazê-lo através da redução do IPI.

E esta decisão presidencial impactou, diretamente, a receita dos municípios, pois fez com que os municípios, que tiveram um acréscimo em seu custeio, sobretudo na folha de pessoal com o aumento do salário mínimo, que houve o aumento, em seu custeio, com as contas de água, luz e telefone, passassem por dificuldades. Todas essas tarifas foram aumentadas acima da inflação.

Hoje, essas prefeituras estão com dificuldade para fechar as suas contas e com dificuldade maior ainda de aprová-las em função da Lei de Responsabilidade Fiscal que impõe ao gestor um teto máximo de 54% do gasto com o pessoal. Com o aumento dos planos de cargo e salário do magistério e com o aumento do salário mínimo, todos esses aumentos estão a impactar as finanças dos municípios. Observem, com a queda da receita do IPI e, por via de consequência, com a queda do repasse de verba do Fundo de Participação dos Municípios, todos os prefeitos passam por dificuldades.

Aí, nós vamos assistir a mais da metade dos prefeitos do estado da Bahia ter as suas contas, relativas a 2011, rejeitadas. O que se avizinha é um 2012 ainda pior.

Portanto, é necessário que a classe política, que a representação dos prefeitos, que os deputados federais, sobretudo os que têm poder de discutir mais amiúde isso próximo do governo federal, sensibilizem a presidente da República.

Deputado Zé Neto, veja o exemplo: no determinado momento em que as contas da senadora Marta Suplicy, então prefeita da cidade de São Paulo, estiveram ameaçadas, o governo federal teve a sensibilidade de editar uma medida provisória que deu condições de incluir o repasse do dia 10 de janeiro, naquelas contas, para possibilitar que a prefeita Marta Suplicy conseguisse cumprir com regularidade a prestação de contas da prefeitura de São Paulo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Hoje, tratam-se de centenas do mesmo caso na Bahia e milhares no Brasil. Há prefeitos que poderão se tornar gestores de contas fichas sujas e inelegíveis sem ter dado causa a isso. Hoje mesmo tratei com o conselheiro do julgamento das contas de um prefeito que é um homem de bem, honrado, trabalhador e não tem um problema de licitação mas que herdou o teto do limite de pessoal e não tem como reduzir.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Ouço, com todo o prazer, para finalizar, o Líder do Governo, deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu só gostaria de que V.Ex^a fosse breve.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Elmar, V.Ex^a tocou em um tema recorrente nesta Casa. Acho que não há um deputado que concorde com esta situação. E digo mais: nós não temos muito o que pontuar quando V.Ex^a coloca a questão da necessidade que há, hoje, da política econômica, infelizmente, da desoneração para que o setor privado continue rodando.

É uma situação que gera, inclusive, em nós, uma discussão que vem da própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que tem de mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Faço, ainda, outra pontuação, deputado Elmar. Quando os programas sociais estão chegando ao municípios, há uma exigência de contrapartida. Esses programas sociais federais, todos eles criam ônus inevitáveis que aconteçam na conta com relação ao câmputo de pessoal.

Eu quero dizer a V.Ex^a que, como líder, tenho ouvido da minha bancada a mesma reclamação. Fico, aqui, à disposição tanto do presidente da Casa como também do chamamento do próprio Líder da Oposição, para que esta Casa, deputado Marcelo Nilo, possa fazer um movimento da Casa Legislativa da Bahia em defesa dos prefeitos baianos e das contas, não somente dos prefeitos baianos, das contas dos prefeitos de todo o Brasil, já que vivemos uma nova realidade econômica, uma realidade que se diferencia. E digo mais, essa mesma situação...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. Zé Neto:- (...) ocorre com os governadores com menos impacto, evidentemente, mas também com a mesma situação de agravamento das contas de custeio e de pessoal.

Conte comigo nessa batalha e tenho certeza que a nossa Bancada (...)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Zé Neto:- (...) já posso dizer que falo em nome da Bancada.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:-Incorporo, com todo o prazer, o aparte de V.Ex^a, deputado Zé Neto.

O Sr. Mário Negromonte:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Se o presidente permitir, o deputado Mário Negromonte quer também me apartear.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. É um tema importante.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, agradeço a V.Ex^a e agradeço a concessão do aparte do nobre deputado Elmar, parabenizá-lo pelo pensamento que faz ao falar sobre a crise econômica, o problema da redução do FPM proporcionado pela mudança dos critérios de redução do IPI.

Dizer que o deputado Mário Negromonte, inclusive, fez um projeto e emendou já uma medida provisória da presidente para que se venha desonerar da folha os convênios que as prefeituras tenham com o governo federal. Ou seja, aqueles

convênios que são direcionados à saúde, ao PSF e também à educação para poder desonerar a folha. E aí, os prefeitos que hoje, a maioria no Brasil, têm sofrido para poder fechar a conta e não ficarem inelegíveis, não virarem ficha suja, e atingirem com isso o índice de 54%, vai ser, sem dúvida nenhuma, um alento muito grande. Porém, acredito que é um grande momento para a gente repensar a Lei de Responsabilidade Fiscal que tem sido muito rígida.

Obviamente que alguns temas...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Para concluir, parabéns pelo pronunciamento, tenho certeza que o Congresso haverá de discutir isso, analisar o novo cenário, porque não adianta você reduzir o FPM...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- (...) e continuar com a mesma demanda dos municípios.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Presidente Marcelo Nilo, eu queria aproveitar, porque vi na imprensa que V.Ex^a, inclusive, enviou correspondência nesse sentido à presidente da República, para levar à Mesa, o primeiro que tratou desse assunto foi o deputado Leur, para que a Assembleia, a partir da Mesa Diretora, sob a liderança de V.Ex^a, puxasse esse assunto para aqui, chamasse os conselheiros, que fizesse talvez uma audiência pública numa sessão especial para tratar desse assunto, porque senão centenas de homens de bem vão se tornar inelegíveis sem terem culpa qualquer. Sei que sob a liderança de V.Ex^a esse assunto estará bem cuidado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Acho que V.Ex^a foi muito feliz no pronunciamento, deputado, é um assunto suprapartidário, um assunto importantíssimo. Fiz uma correspondência à presidente Dilma informando a redução do fundo de participação das prefeituras dos municípios da Bahia e que, na realidade, muitos prefeitos honestos e bons gestores estão tendo as contas reprovadas porque o percentual de 54% está ultrapassado, porque muitos programas novos, depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, estão sendo colocados nesse mesmo patamar.

Portanto, é um assunto que podemos, realmente, se tivermos o apoio da Casa, dos líderes partidários, dos deputados, fazer um debate político convidando os conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios. Em Minas Gerais, o Tribunal de Contas dos Municípios tomou a decisão de fazer algumas adaptações para que os prefeitos pudessem ter as suas contas aprovadas desde que cumprissem as metas estabelecidas pelo próprio Tribunal. E essas metas, segundo informações, eles retiravam o PSF – Programa de Saúde da Família –, que não fosse contabilizado como pessoal, para que eles não ultrapassassem os 54%. Acho que é um tema importante, realmente vamos fazer uma sessão especial, levarei à Mesa Diretora para que possamos levantar esse debate.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do DEM/PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, inicialmente, falará por 5 minutos o nobre deputado Leur Lomanto Junior, em seguida, pelo tempo restante, o Líder Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Leur Lomanto Junior por até 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o deputado Elmar Nascimento foi muito feliz ao vir a esta tribuna abordar um tema que preocupa a grande maioria dos prefeitos do nosso Estado. Tive a oportunidade e a honra de representar o presidente Marcelo Nilo no congresso realizado pela UPB no Hotel Vila Galé, quando pude me pronunciar sobre esse tema. Reafirmei que é preciso este Parlamento, independentemente de coloração partidária, contribuir nas discussões com o Tribunal de Contas dos Municípios, para se achar uma solução a respeito da aprovação das contas dos prefeitos.

Disse que devem ser, sim, levadas em consideração as graves dificuldades financeiras e econômicas por que passam os municípios baianos, principalmente em 2012, quando houve crises relacionadas à seca, à queda do Fundo de Participação dos Municípios, etc. E os prefeitos, na sua grande maioria, têm dificuldade para cumprir os índices constitucionais, o que vem fazendo com que sejam reprovadas, de forma assustadora, diversas e diversas contas de várias prefeituras do interior do nosso Estado.

Acho importante esta Assembleia Legislativa, na pessoa do nosso presidente Marcelo Nilo, abrir esse diálogo, numa participação efetiva junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, para se encontrar uma solução que leve em consideração esses graves problemas na hora de se analisar as contas municipais.

Por outro lado, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, hoje o governo tenta, de forma bastante rápida, aprovar esse projeto relacionado aos professores do nosso Estado. Ora, depois de uma greve na qual os professores ficaram mais de 120 dias paralisados, agora o governo, sem nenhuma discussão, sem passar pelas comissões desta Casa, traz esse projeto. Sem sombra de dúvida, algo de errado, de obscuro esse projeto deve conter.

Não faz sentido nenhum, deputado Sandro Régis, numa segunda-feira, que não é o dia tradicional de votações nesta Casa, o governo trazer uma proposição e querer passar por cima de todas as instâncias, de todas as comissões. Estas são o âmbito adequado para fazermos as discussões e nos aprofundarmos nesse projeto que o governo do Estado manda para cá e quer aprovar a toque de caixa.

Mas nós da Oposição estaremos aqui, hoje, tentando adiar essa votação, para que possamos analisar com calma esse projeto. Do nosso ponto de vista, ele não é de interesse dos professores, não é de interesse do funcionalismo público.

Ouvi o deputado Zé Neto dizer que esse projeto contempla os professores do Estado da Bahia. Não é isso, deputado, que temos ouvido de alguns integrantes dessa categoria. Os professores querem debater, querem se aprofundar no que diz respeito a

esse projeto que o governo manda a esta Casa. Não é como V.Ex^a disse, ou seja, que essa proposta está contemplando a maioria dos professores da rede pública estadual.

Quero também aproveitar esta oportunidade para me referir à grave crise que vem enfrentando o curso de Odontologia da UESB, lá na nossa Jequié. Está sem nenhuma estrutura adequada para a sua continuidade. Já houve diversos atos dos estudantes, que já fizeram manifestações nas cidades de Jequié e Vitória da Conquista, protestando contra essa falta de estrutura, como também o próprio curso de Medicina, que foi criado na cidade de Jequié e sofre com a falta de estrutura. Agora, é o curso de Odontologia que vem sofrendo com a falta de estrutura para a continuidade desse curso importante na cidade de Jequié.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria, deputado Paulo Azi, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^{as} e Srs. que acompanham esta sessão nas Galerias, através da *TV Assembleia*, hoje à tarde, tive oportunidade de acompanhar o discurso do Líder do governo, deputado Zé Neto, na tentativa de justificar o injustificável. Aliás, o deputado Zé Neto, desde a entrevista que deu ao jornal *Tribuna da Bahia*, na tentativa de justificar esse embate que o governo passou a ter com essa importante categoria dos professores da rede estadual de educação do nosso Estado, vem apresentando uma série de argumentos que se distanciam da realidade.

Assustou-me hoje o deputado Zé Neto ao dizer que os próprios professores, que os representantes da APLB durante a última greve, aliás a maior greve da história da Bahia, de 115 dias, se colocaram contra o reajuste aprovado nesta Casa no ano passado, de 3% para 2013 e de 4% para 2014.

Confesso que não vi e não assisti a nenhuma entrevista, nenhuma declaração, seja dos representantes da APLB, seja dos professores da rede estadual, colocando-se contra este aumento aprovado nesta Casa em novembro do ano passado, porque seria até um contrassenso os professores se posicionarem contrários a um aumento de ganho real aprovado por este Poder. Contrassenso, contradição, é o que esta Casa vai fazer na noite de hoje, pela primeira vez na história do Estado da Bahia vai aprovar um projeto de lei que retira ganhos reais dos funcionários do nosso Estado. Talvez seja essa a razão de tanta pressa, talvez seja esse o motivo de tanta rapidez com que o governo quer matar o assunto nesta Casa. Mais uma vez, o governo do PT vai entrar para a história do nosso Estado, e vai registrar nos Anais desta Casa como sendo aquele cujo governo, pela primeira vez na história deste Parlamento, deputada Fátima Nunes que me ouve com muita atenção, aprovará o projeto de lei que retira ganhos reais dos salários dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Eu terei oportunidade, Sr. Presidente, de voltar a me pronunciar quando formos discutir esse projeto e aí, sim, faremos uma avaliação mais cuidadosa desse projeto, repito, é um projeto que, pela primeira vez na nossa história, retira ganhos reais dos

salários dos servidores públicos estaduais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em votação o projeto de lei 20.147/12, de autoria do Poder Executivo, que estabelece normas de promoção da carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia para os anos de 2012 e 2013, altera a sua estrutura e dá outras providências.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura, Ciência e tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo o deputado João Bonfim para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Bonfim para relatar a matéria.

O Sr. JOÃO BONFIM:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, (Lê) *“Parecer – Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 20.047/2012, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Estabelece normas de promoção da Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia para os anos de 2012 e 2013, altera a sua estrutura, e dá outras providências.'"*

O projeto que ora passo a relatar, por designação do Sr. Presidente da Mesa dos trabalhos desta Sessão Plenária, enviado à Assembléia Legislativa pelo Exmº Sr. Governador do Estado, destina-se a estabelecer normas de promoção da Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia para os anos de 2012 e 2013, de modo a 'permitir a continuidade dos esforços direcionados à melhoria da qualidade do ensino na Bahia', conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que a reestruturação da referida Carreira ocorrerá 'por intermédio da realização do Curso de Atualização em Práticas

Pedagógicas, instituído por ato da Secretaria da Educação, com o intuito de aprimorar a profissionalização dos Professores e Coordenadores Pedagógicos.'

De acordo com o art. 3º da proposição, as promoções ocorrerão de um Grau para o imediatamente superior, dentro do mesmo padrão, observados os seguintes requisitos: I – ser o servidor ocupante de cargo permanente de professor ou Coordenador Pedagógico e ter sido enquadrado nos termos da Lei nº 10.963/2008; II – estar em efetivo exercício no âmbito da Secretaria da Educação; III – ter participado e concluído as etapas do Curso de Atualização em Práticas Pedagógicas, sendo que, para a promoção em 2012, exigir-se-á a conclusão da primeira etapa do curso, com frequência mínima de 75% da carga horária e, para a promoção em 2013, exigir-se-á a conclusão do curso, também com frequência mínima de 75% da carga horária.

O projeto cuida ainda de promover alteração na Lei nº 10.963/2008, modificando a estrutura da Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, passando os cargos a ser estruturados em 4 Padrões com 11 Graus cada, de acordo com a titulação e observado o regime de carga horária, conforme consta do Anexo Único, o qual traz também a remuneração proposta, variando entre R\$ 829,97 (Padrão P, que é o inicial da Carreira, Grau I, regime de 20 hs) até R\$ 6.236,16 (Padrão D, que é o último, Grau VII, que é também o último da Carreira.)

Trata-se, portanto, de matéria de relevante interesse público, porquanto vem introduzir melhorias nos padrões remuneratórios e de qualificação desta que é, sem dúvida, uma das mais importantes carreiras de servidores públicos. A proposição recebeu um total de 5 emendas, sendo as duas primeiras de autoria do Deputado Capitão Tadeu Fernandes e as demais da Liderança da Minoria.

A emenda nº 1 propõe a inclusão de um novo artigo ao projeto, estendendo a todos os integrantes da Carreira, inclusive aos aposentados e pensionistas, os benefícios da Lei nº 12.364/2011. Opino pela rejeição, uma vez que a Lei nº 12.364, de 25 de novembro de 2011, é objeto de revogação, constante no art. 14 do Projeto de Lei nº 20.047/2012; logo, aprovado o mesmo, a referida Lei perderá sua eficácia.

Por outro lado, ainda que a norma mencionada não fosse objeto de revogação pela proposição em apreço, a emenda proposta acarreta aumento de despesa em projeto de Lei de iniciativa privativa do Governador do Estado, o que é vedado pelo inciso I do art. 78 da Constituição Estadual.

A emenda nº 2 propõe a revogação do § 1º do art. 9º da Lei nº 10.963/2008, visando manter os reajustes programados para a Carreira, de 3% em 2013 e 4% em 2014. Argumenta-se na justificativa que tal reajuste atende às reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia - APLB. Opino também pela rejeição. Ocorre que o Projeto de Lei nº 20.047/2012 é também resultante de negociações com as representações das carreiras integrantes do Magistério Público Estadual do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia, em substituição ao acordo que resultou na edição da Lei nº 12.364/2011, além de apresentar normas para promoção dos servidores da educação, a qual deve ocorrer nos anos de 2012 e 2013.

Ademais, a aceitação da emenda apresentada afronta o disposto no inciso I do art. 78 da Constituição Estadual, o qual veda emenda que contenha aumento de despesas em projetos de iniciativa privativa do Governador do Estado.

A emenda nº 3 propõe alterações no parágrafo único do art. 6º e no § 2º do art. 7º do projeto, acrescentando, em ambos os dispositivos, a expressão 'ato administrativo vinculado', sob o argumento de que o ato concessivo da promoção possui natureza vinculada, e não discricionária, 'não cabendo à Autoridade Administrativa responsável pela promoção se valer de critérios outros de conveniência e oportunidade da Administração Pública', por se constituir, a promoção, 'em direito constitucionalmente garantido aos servidores públicos efetivos', e que, portanto, deve ser concedida sempre que os critérios estabelecidos em lei para tanto sejam atendidos. Opino pela rejeição da emenda, considerando que a proposta, no momento em que condiciona o caráter do ato administrativo de competência exclusiva de integrante do Poder Executivo, se caracteriza como verdadeira ingerência do Poder Legislativo no Executivo Estadual, desrespeitando, assim, o princípio da independência e harmonia dos Poderes, constitucionalmente consagrado.

Em outra perspectiva, o art. 12 do Projeto de Lei nº 20.047/2012 faz menção à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos também dos Estados, e à Lei Estadual nº 2.322, de 11 de abril de 1966, que disciplina a administração financeira do Estado da Bahia, pelo que se demonstra que os gastos públicos, inclusive com despesas com pessoal, devem estar balizados pelas diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo.

Portanto, a proposta ainda fere o disposto no inciso I do art. 78 da Constituição Estadual, que veda emenda que contenha aumento de despesas em projetos de iniciativa privativa do Governador.

Dessa forma, considerando que a emenda está eivada de inconstitucionalidade, seja por inobservância do princípio da separação dos poderes ou por gerar aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, deve ser rejeitada.

A emenda nº 4 propõe alterações no art. 10 do projeto, de modo a excluir o Anexo Único, que traz a nova tabela dos Padrões, Graus e remuneração da categoria. Opino pela rejeição, uma vez que a proposta implica em aumento de despesa para o Poder Executivo, já que, mantido o quadro original, a promoção disciplinada no projeto de lei em foco comprometeria valores além daqueles que foram projetados, enquanto que o inciso I do art. 78 da Constituição do Estado veda a aprovação de emenda que contenha aumento de despesas em projetos de iniciativa privativa do Governador; situação esta configurada na presente emenda, o que a torna inconstitucional.

A emenda nº 5 propõe alteração no art. 14 do projeto, acrescentando a expressão 'da mesma forma', sob o argumento de evitar-se a revogação da Lei nº 12.364/2011, que estabeleceu o aumento de 3% para a categoria em outubro de 2013

e 4% em outubro de 2014. Rejeito também esta emenda. Ocorre que, em que pese a Lei nº 12.364/2011 ter sido resultante de acordo entre a categoria profissional e o Poder Executivo, o seu conteúdo foi substituído por novo acordo firmado no ano corrente, pelos mesmos agentes, razão pela qual a referida norma deve ser revogada em sua totalidade.

Afora isso, a manutenção da vigência da Lei nº 12.364/2011 em paralelo com a aplicação das vantagens dispostas no projeto em análise, por meio de emenda parlamentar, resultará em aumento de despesa com pessoal, o que é vedado pela Constituição Estadual, na forma do supracitado inciso I do art. 78 da Carta Estadual, que não permite a aprovação de emenda que contenha aumento de despesas em projetos de iniciativa privativa do Governador, entre os quais se inclui a presente proposição, segundo o disposto no inciso II do art. 77 da Constituição Estadual, que determina a iniciativa privativa do Governador do Estado os projetos de lei que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional ou aumento de remuneração.

Ante o exposto, e considerando que a proposição atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2012.

Deputado Estadual - João Bonfim - Relator.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das Comissões.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, solicito de V.Ex^a uma verificação de quorum de votação das Comissões, do parecer oficial do nobre deputado João Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Solicito de V.Ex^a que seja dado o tempo regulamentar de 15 minutos para serem convocados todos os parlamentares que estão nesta Casa, nos seus gabinetes, para que possam comparecer a este plenário, para essa discussão tão importante, haja visto também que na última quinta-feira o MEC divulgou o resultado do Enem 2011, onde a Bahia ficou no sexto lugar a nível nacional, sendo o primeiro lugar do Nordeste...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nobre deputado, atente-se à questão de ordem, por favor.

O Sr. Marcelino Galo:- Por isso, solicito que seja zerado o painel e seja dado o tempo de 15 minutos e convocado todos os deputados desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a também será atendido.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, que estão no salão Deputado Nestor Duarte, que estão nos outros recintos da Casa, há quorum de votação no âmbito das Comissões, solicitada pelo Líder em exercício, deputado da oposição Bruno Reis e pelo Líder também em exercício da Maioria, deputado Marcelino Galo.

Marque 15 minutos.

Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa)

Há quorum.

Próxima Comissão. Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia em Serviços Públicos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próxima Comissão: Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

(O Sr. Presidente procede à verificação de *quorum* no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.)

Há *quorum*.

Próxima Comissão: Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(O Sr. Presidente procede à verificação de *quorum* no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Há *quorum*.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa)
Aprovado contra o voto do deputado Bruno Reis.

Em votação no plenário.

Para discutir o deputado Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias, quero retomar o que vínhamos falando, deputado Bruno Reis, no nosso tempo anterior.

Infelizmente, esta Casa traz o projeto 4.759/12 Mensagem nº 51/2012 do Sr. Governador da Bahia Jaques Wagner:

(Lê) “Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação da augusta Assembleia Legislativa do Estado, o anexo Projeto de Lei que estabelece normas de promoção da Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia para os anos de 2012 e 2013, altera sua estrutura e dá outras providências”.

Eu quero aqui saber se esta mensagem do Sr. Governador do Estado é uma mensagem boa para o governo ou boa para a categoria.

O que temos escutado, conversando com diversos professores que estiveram conosco em nossos gabinete ou nos próprios corredores da Assembleia, é que esse projeto que vocês vão votar não representa a vontade nem o acordo da categoria, acordo esse feito para que a greve de 115 dias findasse com a palavra do governador e do secretário da Educação.

(Lê) “A presente Proposição visa a permitir a continuidade dos esforços

direcionados à melhoria da qualidade do ensino no Estado da Bahia.” E aí eu pergunto: que melhoria é essa que esta Casa, na pessoa dos deputados governistas, irá aprovar um projeto que não transmite o sentimento da categoria?

Alguns professores me levaram os seus contracheques. É uma pena, pois, aqui, eu não os tenho comigo, deputado Carlos Geilson. Este projeto, na verdade, é o verdadeiro “lorotil”, porque tira de um e bota no outro! Não há nenhum ganho real de aumento de vencimentos do professor do estado! Muitos professores aposentados terão, até, prejuízos em seus vencimentos!

O Sr. Zé Neto:- Não. Não terão prejuízo não.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Terão sim, deputado Zé Neto!

O Sr. Zé Neto:- Não. V.Ex^a está enganado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Terão sim, deputado Zé Neto! Eu recebi três ou quatro contracheques em meu gabinete. Ficou comprovado que terão prejuízos.

O Sr. Zé Neto:- Isso não é verdade.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Vocês estão aprovando um projeto bom para o governador e um projeto bom para o PT, mas não é um projeto bom para a categoria. Desafio V.Ex^a retirar este projeto e debater com os professores e com a categoria para ver se este projeto (muitas palmas) representa o sentimento da classe educacional do nosso estado. Não representa! Isso representa a vontade de seu chefe que traz este projeto a toque de caixa para que esta Assembleia Legislativa diga, através dos deputados governistas, amém ao governador e não à educação da Bahia! (Palmas)

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo um aparte ao nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu querido colega Sandro Régis, parabéns pelo pronunciamento de V.Ex^a. Fico triste, aliás, muito triste em ver uma luta de uma categoria sendo massacrada por uma manobra do Líder do Governo, deputado Zé Neto, representando os interesses do governador.

E, aqui, durante a semana passada, ele queria porque queria aprovar, em regime de urgência, até colocar, imediatamente, o projeto para ser votado ao alegar ser este projeto consenso dos professores, pois os professores haviam sido ouvidos. Mas como tenho contato com os professores, eles não tinham conhecimento do projeto. Quanto ao que foi discutido, nada disso está embutido no projeto. Por isso esta pressa e esta vontade voraz do Líder do Governo em aprovar este projeto, repita-se, projeto draconiano para os professores.

Que coisa feia, deputado Zé Neto! (Palmas) Repito, que coisa! (Muitas palmas) V.Ex^a já foi carregado, neste governo, no colo pelos professores! Que coisa! Que traição! Será que este pessoal tem consciência? (Palmas) Será que o deputado Zé Neto coloca a cabeça no travesseiro e dorme o sono dos justos? (Palmas)

Creio que não, porque, no fundo da alma, ele sabe que está sendo perverso com os professores e sabe que não está cumprindo os acordos com os professores. Os professores não estão querendo nada mais do que o combinado. Os professores querem o acertado e o combinado. Os professores não querem nada além disso não!

Pode jogar duro, deputado Sidelvan? Sei que o coração de V.Ex^a será tocado e há de votar contra este projeto demonstrando que a Igreja Universal e o PRB, também, apoiam a causa dos professores. (Muitas palmas)

Sandro Régis, parabéns pelo pronunciamento de V.Ex^a!

E, mais uma vez, cai a máscara do Líder do Governo que disse que este projeto era de consenso entre os professores, Os professores estão aqui dizendo que não. (Palmas) Então, cai o discurso do deputado Zé Neto, pois é um discurso sem embasamento, falso, eivado de mentiras.

Vejam, a verdade é esta: os professores queriam e gostariam de discutir e debater este projeto. E isso lhes foi tirado. A categoria foi cerceada do debate. Observem, aqui é a Casa do debate. Que debate é este se o governo o suprime e passa por cima de todos o rolo compressor? Mas enquanto houver dignidade e deputados comprometidos com a causa dos professores, eles vão continuar discutindo e defendendo.

Muito obrigado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Carlos Geilson ao nosso pronunciamento.

E quero dizer mais! Quero dizer, deputado Carlos Geilson, que este governo, que aí está, chegou ao poder com a confiança do servidor público. Os professores se expuseram, o governador se elegeu para o primeiro mandato com o contracheque deles na mão. Dizia que se fosse eleito, a educação da Bahia seria diferenciada, que o professor seria o mais bem remunerado do País.

Ao contrário do seu discurso, agora o governador trai os professores. O PT trai a categoria que sempre esteve ao seu lado, que sempre acreditou nele, que sempre elegeu a maioria dos seus deputados que estão aqui e em Brasília.

Não é de se espantar. Da mesma forma que eles traem os professores, também traem a Bahia. Na votação da divisão dos *royalties*, quando os deputados do Brasil se mobilizaram para que fossem divididos igualitariamente para todos os estados, vocês sabem quem votou contra a Bahia? Vocês sabem quem votou contra a vinda desses *royalties* para ajudar os nossos municípios? Os deputados do PT. Os deputados federais do PT votaram contra a Bahia. Venham me desmentir.

A Bancada federal do PT votou contra a Bahia, votou contra uma divisão dos *royalties* que contemplasse o nosso Estado. Votou a favor do Rio de Janeiro, votou a favor do PT. É simples: entre os interesses da Bahia, da sociedade baiana e os interesses partidários, os deputados petistas são fieis ao partido. Dane-se a Bahia, danem-se os baianos.

E assim foi na votação dos *royalties*. E assim será hoje na votação desse projeto contra a educação. Se fosse uma proposição boa, que representasse os interesses dos professores e da sociedade, nós da Oposição votaríamos a favor, como procedemos em relação a muitos outros.

Ao contrário do PT do passado, que diante de qualquer projeto nosso, deputado Leur Lomanto Júnior, votava contra. Foi assim quando foram contra a vinda Ford, que naquele momento gerou milhares de empregos para o povo da Bahia.

E agora envia esse projeto para ser votado na surdina, numa segunda-feira à noite, impedindo a mobilização dos professores. Na verdade, querem evitar que esta Casa tenha de se envergonhar...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com um aparte o nobre Líder Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Sandro Régis, gostaria de agradecer pelo aparte e parabenizá-lo pelo pronunciamento em defesa, sempre com sua voz firme, dos interesses do povo da Bahia. V.Ex^a tem toda a razão.

O deputado Zé Neto, Líder do governo nesta Casa, tentou de todas as formas justificar o injustificável no seu pronunciamento. Ele tentou enganar a todos, dizendo que esse projeto tinha respaldo e aprovação dos professores do Estado da Bahia. Mas os professores estão aqui hoje dizendo que são contra a aprovação dessa matéria nesta noite, o que demonstra claramente ser uma mentira.

E assim, meu nobre deputado Sandro Régis, vem se postando o PT na Bahia. V.Ex^a mostrou muito bem que os deputados federais do PT votaram contra a nova divisão dos *royalties* do petróleo. Um projeto, sem sobra de dúvida, importantíssimo para o nosso Estado e para os municípios baianos, que estão sofrendo com a falta de recursos. Sem dúvida nenhuma, a partir desses novos recursos da nova divisão dos *royalties* do petróleo... Tenho certeza de que a presidente Dilma Rousseff não vetará esse projeto. Ela sabe da necessidade dos estados nordestinos, sabe da necessidade do Estado da Bahia, dos municípios baianos, e não vai, de forma nenhuma, ceder à pressão que o Estado do Rio de Janeiro está tentando implementar. Inclusive fez um grande movimento no dia de hoje, para que a presidente vete a lei aprovada pelo Congresso Nacional.

Lá, os deputados do PT, mais uma vez, preferiram seguir a suas orientações partidárias, seguir o seu partido, em vez da maioria do povo baiano. Mais de dez parlamentares do Partido dos Trabalhadores votaram contra a divisão dos *royalties* do petróleo, projeto que vai beneficiar em muito o Estado da Bahia, e vai beneficiar também os municípios baianos.

Gostaria de parabenizar V.Ex^a, mais uma vez, por esse pronunciamento que traz assuntos importantes que estão sendo debatidos nesta Casa. Sem sombra de dúvidas, ainda há muitas pegadinhas dentro desse projeto, que estão prejudicando e vão prejudicar os professores do nosso Estado. A Bancada de Oposição já identificou algumas, apresentamos algumas emendas importantes para tentar neutralizar essas pegadinhas que o governo quer implantar, assim como foi no Planserv, assim como foi na GAP dos policiais, e agora, novamente, quer implantar esse projeto que vai de encontro aos reais interesses da categoria dos professores do nosso Estado.

Parabenizo V.Ex^a pelo brilhante pronunciamento nesta noite de hoje.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Quero incorporar o seu aparte, deputado Leur Lomanto.

O nobre deputado professor Zé Raimundo me pediu um aparte, deputado esse que é da área educacional. Como ele deve se portar diante dos seus colegas de profissão, diante dos professores, diante do seu meio educacional? Como deve ser

difícil também a deputada Kelly Magalhães justificar aos professores estaduais de Barreiras que lhe elegeram deputada estadual, que representa a sua cidade, como ela vai justificar o seu voto a favor de um projeto contra a sua classe e os seus colegas? (palmas) É difícil!

O PT põe a deputada Kelly Magalhães na saia justa. Pior, quando a deputada Kelly Magalhães, deputado Bruno Reis, sobe a esta tribuna, o líder do governo dá esporro embaixo. Não admite que ela expresse o seu pensamento desta tribuna. A deputada fez um discurso na semana passada, expressou seu sentimento, e o deputado Zé Neto deu piti em cima da deputada, não respeitou o que a deputada pensa.

Imagine a prepotência e o autoritarismo dessa bancada do PT, além de obrigar os deputados governistas a não pensarem, a votarem de acordo ao chefe. Não permitem nem que um deputado exponha um pensamento e sua vontade, esquecendo o deputado Zé Neto que nesta tribuna o parlamentar tem a livre escolha de dizer, deputada, o que bem entende.

V.Ex^a dá risada porque não tomou a repreensão que o deputado Zé Neto deu. Mas, se V.Ex^a tivesse passado pelo constrangimento da deputada Kelly, V.Ex^a não estava sorrindo.

E assim vai, deputado Bruno Reis, o rolo compressor do governo querendo desmoralizar esta Casa, querendo desmoralizar os deputados, trazendo um projeto sobre o qual o nobre Líder do governo, neste microfone, disse: trago um projeto à Assembleia já discutido com os professores. Trago um projeto à Assembleia no qual a categoria acorda majoritariamente.” E eu vejo, mais uma vez, que o governo falta com a verdade.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- O governo, mais uma vez, falta com a verdade. O governo, mais uma vez, não traz um projeto que represente a categoria.

Aqui, eu digo ao nobre amigo, professor, competente deputado Zé Raimundo se inscreva, nobre deputado, utilize os seus 25 minutos e venha justificar o voto a este projeto que é contra a educação, que é contra os professores, que é contra a Bahia e os baianos. (palmas) V. Ex^a tem 25 minutos para vir aqui, para fazer o seu belo discurso, na competência de V. Ex^a e do seu mandato, porque imagino... V. Ex^a que é um líder em Vitória da Conquista, um líder político e um líder educacional, quando V. Ex^a chegar e descer naquele aeroporto na quinta-feira, e os professores de sua terra te olharem e disserem: “Deputado Zé Raimundo, V. Ex^a nos traiu e traiu sua categoria.” (Palmas)

Quero, aqui, nobre presidente interino, homem de Deus, pastor Carlos Ubaldino, pedir que V. Ex^a, que usa tanto esta tribuna nas orações, ore para amolecer o coração do deputado Zé Neto para que ele reflita e não faça V. Ex^a votar contra o povo de Deus e contra os professores.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para discutir o projeto, pelo tempo de

até 25 minutos, o nobre companheiro deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, passadas as eleições ocorridas este ano, S. Ex^a o governador Jaques Wagner deu uma entrevista no Jornal *A Tarde* atribuindo à greve dos professores e à condução da greve dos professores – a má condução da greve dos professores – como sendo a razão principal da derrota do PT em Salvador e nas principais cidades do Estado da Bahia. (palmas) Dizia o governador naquela entrevista, Sr. Presidente, que os representantes do governo não souberam dialogar com a categoria, que os representantes do governo não conduziram de forma correta as negociações com os professores da rede estadual de educação. Essas foram as palavras do governador da Bahia, o Sr. Jaques Wagner.

Pois bem, passados 15 dias dessa entrevista em que o governador reconhece a má condução, reconhece a falta de interlocução, de diálogo, de negociação, vem esse mesmo governador e encaminha a esta Casa um projeto de lei que, desde a época em que a greve estava instalada em nosso Estado, esse projeto já havia sido rejeitado pelos professores da rede estadual de educação.

Vem agora o governo e, de forma escamoteada, no afogadilho, repete praticamente o mesmo encaminhamento dado àquele projeto de lei aprovado nesta Casa desde abril deste ano e que foi o combustível para aquela greve de 115 dias. Encaminha o projeto a esta Casa na segunda-feira, na terça-feira já vota a urgência e, numa segunda-feira, deputado Bruno Reis, fato inédito nesta Casa, convoca a sua Bancada para apreciar e votar o projeto, este sim, na calada da noite.

O governo teve a informação de que no dia de amanhã os professores realizarão uma assembleia e aí, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o PT, o mesmo das assembleias, dos embates em praça pública, o outrora PT das manifestações populares, dos movimentos sociais, com receio e com medo de que as galerias desta Casa estivessem abarrotadas de professores no dia de amanhã, com medo da voz firme e forte dessa importante categoria, que mostrou a sua força nas últimas eleições em Salvador e em todo o Estado da Bahia, com receio e com medo, resolve votar o projeto na noite de hoje.

Mais uma vez esta maioria silenciosa, que não se preocupa com as repercussões, que não se interessa em saber se esse projeto atende ou não a uma categoria, se esse projeto fará bem ou mal a determinados segmentos do nosso Estado, simplesmente essa maioria, que parece não ter ouvido a resposta do povo nas urnas, mais uma vez vai nesta noite cancelar o projeto que, repito, não atende aos interesses da categoria, e o que pior, retira ganhos reais de salários previstos em lei aprovada por este próprio Poder.

E aí, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, como podemos acreditar na palavra e no discurso do governador Jaques Wagner, se a condução daquele processo, em abril deste ano, foi responsável pela deflagração da maior greve já vista neste Estado?

Os auxiliares dos governador, os seus representantes na Secretaria da Educação e neste Poder, em vez de optar por um entendimento, por um debate aberto, por uma verdadeira negociação – talvez pela sua absoluta e completa falta de argumentos –, prefere o silêncio, sem saber quais serão as verdadeiras repercussões que este projeto

pode produzir no seio desta importante categoria.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Um aparte, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Eu ouço, V.Ex^a, deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Paulo Azi, gostaria de parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento e dizer que o mais surpreendente de tudo isso é que, entre os parlamentares da base governista, há vários que são professores.

Não vemos um professor parlamentar subir a esta tribuna e fazer um pronunciamento claro, dizendo ser contra um projeto que vai de encontro aos interesses dos professores do Estado da Bahia.

Parece que mais importante do que defender a sua categoria é, de forma cega, defender os interesses do governo. Isso é inadmissível. Esse foi um dos fatores da derrota fragorosa do candidato do PT à Prefeitura de Salvador.

O PT, que tem entre as suas tradições – que tem, não, que teve –, deputado Marcelino Galo, entre suas bandeiras, a defesa do funcionalismo público do nosso Estado, preferiu deixar de lado essa bandeira quando estão em jogo os interesses do governo. (Palmas)

Quando estão em jogo os interesses do governo, se deixam de lado os interesses do funcionalismo público. Isso ficou claro, aqui, em diversos projetos, em diversos movimentos, não só dos professores e da Polícia Militar. Os policiais militares estiveram, nesta Casa, por diversos dias reivindicando melhorias para sua categoria, e isso se refletiu, de forma clara, nas eleições municipais este ano.

Aqui em Salvador, o candidato do PT, deputado federal Nelson Pelegrino, um deputado competente, atuante, foi quem pagou o preço. Nas avaliações do próprio governador, a grande causa da derrota foram,, justamente, as greves, tanto da Polícia Militar como dos professores.

Como disse, o PT foi de encontro a sua história, rasgou a sua história de luta em defesa do funcionalismo público do Estado para ser serviçal dos interesses do governo. Daí, a grande derrota, fragorosa, que teve o deputado Nelson Pelegrino.

Portanto, gostaria de parabenizar o nobre Líder da Oposição, deputado Paulo Azi, que, mais uma vez, vai a esta tribuna, de forma firme, colocar o posicionamento da Bancada da Oposição nesta votação na noite de hoje, e de forma muito transparente, clara e objetiva coloca o posicionamento da Bancada de Oposição com relação à votação nesta noite de hoje.

Parabéns, deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Incorporo e agradeço, deputado Leur, o aparte de V.Ex^a. Na realidade, deputado Leur, o PT e o governo não conseguiram, ainda, encontrar um discurso para responder suas próprias contradições. Veja V.Ex^a que toda essa crise criada entre o governo e os professores se originou lá atrás. O Congresso Nacional criou e aprovou a lei que institui o piso nacional dos salários dos professores em todo País. O governo chega, em novembro do ano passado, através dos seus representantes, faz um acordo ratificando os termos da lei federal que trata do piso dos professores públicos.

Alega o governo que pensou, que imaginou uma coisa, e o Congresso Nacional

aprovou outra. É bom que se diga que a relatora responsável pela emenda na lei do piso é uma deputada federal do PT, o Partido dos Trabalhadores. E ela, de maneira correta, sensata, vinculava o reajuste do Piso Nacional dos professores ao reajuste dado ao Fundeb. E nos parece muito claro e muito correto que se o Fundeb é o fundo que financia a educação, deputado Rosemberg, e que parte substancial desse fundo de, no mínimo, 60%, deve ser canalizado para o pagamento para os salários dos professores, nada mais justo de que o reajuste que esse fundo tiver deverá ser o mesmo reajuste que o Piso Nacional dos professores deverá obter. Nada mais lógico, nada mais racional do que isso.

Este governo, sabedor daquilo que foi encaminhado ao Congresso Nacional, sabedor do próprio acordo assinado com a APLB, de repente, muda o discurso, muda a postura e passa a dizer; primeiro, que não fez acordo; segundo, que não foi isso que a lei previa, gerando, com isto, a desconfiança e a discórdia que tiveram como consequência diversas atitudes de seus representantes que só fizeram com que aquele movimento grevista, movimento justo, é bom que se diga, pela maneira que o governo o conduziu, fosse se radicalizando a cada dia e chegasse à marca histórica de 115 dias de greve.

Pude acompanhar, Srs. Parlamentares, todo aquele movimento. Tive a oportunidade ali de conviver e conhecer diversos professores que chegavam a mim para demonstrar a sua indignação, tristeza e, acima de tudo, o sentimento de traição que traziam daqueles que foram durante muitas e muitas eleições ajudados a eleger prefeitos, parlamentares e até o próprio governador Jaques Wagner.

Aí o governo chegou ao fim da greve, e a greve chegou ao seu fim, pela absoluta asfixia a que foram submetidos os professores, tendo 4 meses de salários cortados e sem acesso aos empréstimos bancários e planos de saúde. Esse foi o caminho que o governo optou para asfixiar o movimento e chegar ao final daquela greve, que terminou sem nenhuma proposta de negociação e acordo concluída - é bom que se diga. Este projeto de lei agora encaminhado a esta Casa, pelas informações que tive naquele período da greve e tenho tido nos últimos dias, não contou nem conta com o apoio dos professores da rede estadual de educação.

Então mais uma vez o governo encaminha para cá um projeto e se utiliza da sua maioria silenciosa para aprová-lo sem discutir, sem debater, sem ao menos se preocupar em saber quais serão as suas repercussões. Mais do que isso, Sr. Presidente, esta Assembleia novamente se omite no debate, na discussão. Um projeto como esse não poderia ser colocado em votação sem que nós tivéssemos a oportunidade de ouvir o secretário da Educação do Estado e os representantes dos professores para que pudéssemos, sim, votá-lo com as nossas consciências. Assim estaríamos votando algo que fosse benéfico à categoria, que viesse até ao encontro dela, Sr. Presidente, para que fôssemos o elo, o instrumento através do qual os professores da rede estadual de educação, tão humilhados, tão ofendidos, tão massacrados, tão hostilizados, poderiam usar a negociação, o debate, o diálogo neste Legislativo e, se fosse o caso, inclusive reconstruir um caminho de entendimento com o governo da Bahia. Porém, de novo, infelizmente esta Assembleia se omite e vai de

encontro aos interesses da nossa população.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, meus cumprimentos a todos os professores do Estado da Bahia que hoje vêm a esta Casa, a todos da imprensa que neste momento estão cobrindo esta sessão e a todos os telespectadores da *TV Assembleia*, infelizmente a Bahia hoje perde uma grande oportunidade de reconhecer a tão importante missão de ensinar.

Como vocês sabem, sou filho de professora, e o maior patrimônio que herdei da minha mãe foi a educação. E foi graças a essa educação que hoje, com tão pouca idade, tive condição de estar representando mais de 55 mil baianos que nos deram um voto de confiança nas últimas eleições.

Vim para esta Casa assumindo compromissos firmes, consciente da minha responsabilidade. Assisti e estou assistindo ao longo desse um ano e meio, na condição de deputado, diversos fatos lamentáveis que só fazem com que a gente às vezes perca as esperanças. Esperança de ter uma Bahia melhor, de ter um Brasil melhor. Esperança de um dia poder ver um país onde os jovens tenham um futuro melhor do que as nossas gerações.

E, hoje, que triste Bahia! Depois de um ano difícil para a educação do nosso Estado; de um ano que vai ficar marcado para todos os professores, para todos os pais e mães de alunos da rede pública estadual como o ano da maior greve da história do Brasil (Palmas), infelizmente, um ano que jamais vai sair da nossa memória.

E aí fazendo um breve histórico deste ano, lembro-me de cada detalhe, de cada momento, de cada dificuldade que os professores enfrentaram no processo de negociação com o governo do Estado. Há muito vinham reivindicando melhorias e o governo não os atendia.

Aprovamos aqui em 2011 a equiparação do piso estadual ao piso nacional. Naquele momento se celebrava um acordo na Secretaria da Educação em que os reajustes se dariam no mesmo valor do piso nacional. Quando chegamos em 2012, no período de reajuste do piso, foi dado um aumento de 22% ao piso nacional. E o que os professores baianos queriam? Que o mesmo fosse aplicado à Bahia. E o que o governo fez? Governo que tinha representantes na Mesa de Negociação, primeiro começou negando a existência do acordo. Depois disse que o acordo tinha sido feito por pessoas desautorizadas.

Posteriormente, utilizaram-se todos os artifícios, os mais mesquinhos possíveis, para intimidar os professores, quando eles deflagraram a greve. O governo cortou os salários, o plano de saúde, o Credicesta, enfim, utilizou as piores práticas (palmas), práticas essas que não mais condizem com a realidade do mundo democrático.

E este governo dizia-se republicano, mas, na prática, todos sabemos ser este um governo autoritário. (Palmas)

A greve chegou ao seu fim depois de um momento de inanição, onde os

professores, já há quatro meses sem salários, perderam a condição de enfrentar este governo. Governo este que se achava acima do bem e do mal! Governo este que andava de salto alto! Governo este que achava só porque detinha o controle de uma quantidade expressiva de partidos, porque detinha o controle de uma bancada expressiva de deputados, pensava que poderia enfrentar a classe dos professores.

A greve chegou a seu fim. E o que os professores esperavam? Depois de um trauma como aquele, os professores esperavam ter, em uma mesa de negociação, senão os 22%, mas, ao menos, algo que chegasse perto do percentual acordado, porque acordo é feito para ser cumprido! Acordo não é feito para ser rasgado!

E, agora, mesmo depois das eleições, vejam vocês, professores que nos assistem e nos veem neste momento, nós achávamos que o poder havia aprendido com a eleição. Nós esperávamos que o PT voltasse para esta Casa mais humilde, que o governador calçasse a sandália da humildade, até porque, em entrevista recente, ele reconheceu a má condução dada às greves dos servidores públicos estaduais. (Palmas)

O PT parece não ter entendido o recado claro dado pelas urnas! O PT precisa ter a consciência de que não há ninguém acima do bem e do mal; que apesar de ter, como eles tinham na propaganda eleitoral, 15 minutos de televisão, enquanto tínhamos cinco e que não adiantava ter o apoio de mais de 20 partidos, enquanto tínhamos apenas cinco. (Palmas)

Só que o povo sabe votar: em especial os servidores públicos e os professores, verdadeiros cabos eleitorais. Sabe por que, nobre Líder Zé Neto? V.Ex^a utilizou a tribuna nesta Casa hoje para, enfaticamente, dizer que nós utilizamos politicamente a greve. É mentira! Nós nunca fizemos o que o PT fez no passado.

O PT, no passado, era quem pregava de forma irresponsável! O PT foi para a televisão usar os contracheques dos professores. (Palmas) O PT foi quem assumiu o compromisso que sabia que não podia cumprir. Mas assim o fez. Criou a expectativa de milhares de professores de que, no dia em que o PT chegasse ao poder, iria poder dar uma remuneração muito maior. (Palmas)

E o que fez o PT? Deixou a máscara cair. (Palmas) A máscara do PT caiu. (Palmas) Ao invés de prestigiar os servidores concursados, ao invés de prestigiar os cargos de carreira, ao invés de valorizar o servidor, ao invés de dar um tratamento digno e respeitoso, o que fez o PT? O PT virou as costas.

Sem sombra de dúvidas, a maior aliança para derrotar o PT nas eleições municipais foi celebrada com o povo e com os servidores. Estes queriam mudanças e não suportavam mais tanta arrogância, tanta soberba, não suportavam mais um tratamento tão injusto a milhares de servidores públicos que sempre foram aliados de primeira hora do PT.

E agora esperávamos que o PT chegasse a esta Casa consciente. Mesmo que não fosse capaz de recompor essa relação com os servidores públicos... Deputados Leur Lomanto e Carlos Geilson, se o PT não conseguir recompor essa relação com os servidores públicos até 2014, não importa quem seja o candidato a governador, a derrota está anunciada. E está porque a população vai querer mudanças, e as

oposições vão apresentar um projeto que represente essas mudanças. E aí, sim, poderemos valorizar o funcionalismo.

O PT perdeu e está perdendo nesta noite uma grande oportunidade. Triste Bahia, vemos um projeto de lei chegar a esta Casa numa terça-feira e já na quarta-feira o governo passa o rolo compressor e aprova o requerimento de urgência. Na sexta-feira, deputado Paulo Azi, o presidente da Assembleia baixa uma portaria prorrogando o expediente de meio-dia até as 18h para poder, exatamente às 18h de hoje, concluir o tempo necessário para, na calada da noite, aprovar um projeto contra os interesses dos professores do nosso Estado.

O governo sabe que os professores iriam se reunir amanhã para definir um posicionamento em relação a esse projeto. Mas o Executivo o enviou a esta Casa e, antes mesmo, nobre Líder Paulo Azi, de ser aprovado por este Poder, baixou uma portaria na terça-feira, dia 21, com o edital para a inscrição no curso. No dia 22 começava a inscrição para esse curso sem nem sequer a lei ser aprovada. A portaria foi anterior à aprovação dessa lei.

Está evidente o desespero e a pressa do governo do Estado. Primeiro, porque eles não querem dar tempo para os professores se mobilizarem. Segundo, como sempre a toque de caixa, encaminha um projeto a esta Casa depois de os atos administrativos já estarem nas ruas. Cabe, sim, uma ação direta de inconstitucionalidade, porque essa lei nem sequer foi aprovada.

E mais, deputado Carlos Geilson, essa lei retira conquistas, vantagens e direitos concedidos anteriormente. Se hoje vai ser a primeira vez em que a Assembleia da Bahia aprova um projeto numa segunda-feira, na calada da noite, este dia também ficará marcado como a primeira vez em que esta Casa votou um projeto que tira direitos conquistados historicamente pelos servidores do Estado da Bahia, em especial pelos professores.

Nobre deputado Rosemberg Pinto, às vezes, infelizmente, os deputados do governo estão aqui só para balançar a cabeça e dizer amém. Nem sequer se dão o direito de ler o projeto. Mas este projeto aqui, primeiro, altera a planilha que foi aprovada em novembro de 2011, uma vez que o outro conseguia reajuste de 14% A 15%. Eram sete níveis, nesse se ampliou para 11 níveis e somente dois níveis vão ter 14%. Os outros sete níveis vão ter apenas 6 a 7% de aumento. O nível 7 não vai receber 1% sequer de aumento, não vai ter reajuste nenhum.

Então este projeto não contempla todos os professores do Estado da Bahia e ainda deixa de fora os aposentados e os professores que estão relotados em outras secretarias. Esse curso proposto de 120 horas é somente para excluir outros profissionais, que ficaram sem o reajuste. Não tem o propósito de qualificar ninguém. Ninguém! Até porque vai ser um curso de ensino a distância. Isso é uma maneira para excluir professores de receberem o reajuste. Então, nobres deputados, é por esse motivo que está retirando o que foi aprovado anteriormente. Esse projeto também retira o aumento de 3% previsto para 2013 e de 4% para 2014. Já tinha sido assegurado esse reajuste de 7%. Agora, retira o que já tínhamos aprovado no passado. Nós, não, vocês., porque nós votamos contra. Na prática, era melhor não ter enviado

esse projeto.

Se hoje a situação do professor já não é boa, agora vai piorar. É um projeto que deixa pior do que já está. Então os 115 dias de greve, de lá para cá, houve diversas discussões e negociações, para quando mandar o projeto enviar um golpe, porque isso aqui é uma punhalada nos professores do Estado da Bahia. Sabem por que esse projeto não veio antes? Primeiro porque eles estavam esperando o primeiro turno, depois esperaram o segundo turno e só agora mandaram.

Está explicado por que só veio agora. Porque não atende os professores nem os coordenadores pedagógicos do Estado da Bahia. E aí nobres deputados, quero chamá-los para uma reflexão: amanhã haverá outra assembleia da APLB, e isso pode dar margem para mais problemas. Eu sei que a sociedade talvez não comporte mais uma greve, porque pode, definitivamente, sepultar o ano letivo de 2012 no Estado da Bahia. Sei também que os professores não mereciam esse tratamento por parte do governo, porque não foram esses os compromissos que o governador e sua equipe assumiram para o término da greve. Ao terminar a greve havia um compromisso do governo de se chegar a um entendimento para enviar o projeto para esta Casa. E o que foi feito? Mais uma vez, o PT está pagando com traição a quem sempre lhe deu a mão. (Palmas.)

Mas para tudo isso tem uma resposta e será dada no momento certo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. BRUNO REIS:- Eu sei que os professores da Bahia jamais vão esquecer do tratamento que está sendo dado pelo PT. Vocês que sempre tem a mania de dizer que nunca antes na história da Bahia o servidor foi tal maltratado pelo atual governo como está sendo. Nunca antes na história da Assembleia da Bahia esta Casa aprovou um projeto que retira vantagens, direitos e conquistas dos professores.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- (...) dos professores. Para concluir, Sr. Presidente. Professores da Bahia dê um não ao PT e aos seus aliados.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão. Em Votação.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, peço a V.Ex^a proceda uma verificação de quorum de votação do referido projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a que seja dado o tempo regulamentar, que zere o painel e convocar todos os deputados desta Casa para

comparecerem ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, que estão no salão Deputado Nestor Duarte, que estão na Biblioteca, na liderança e em outros recintos da Casa, quorum de votação, solicitado pelo deputado, Líder da Oposição, deputado Paulo Azi e pelo vice-líder e líder em exercício da base do governo, deputado Marcelino Galo.

Srs. Deputados.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

Quorum de votação do Projeto de Lei nº 20.047/2012 de autoria do Poder Executivo que estabelece normas e promoção da carreira do magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia para os anos de 2012 e 2013, altera a sua estrutura e dá outras providências.

Zere o painel. Marquem 25 minutos. Srs. Deputados que queiram votar o projeto, marquem as presenças.

Vocês das galerias, estou tendo a maior paciência, alguns professoras, inclusive, a senhora de vermelho constantemente estão ofendendo os deputados. Quero dizer a vossa senhoria que estou aqui há 22 anos, já recebi diversos movimentos sociais na galeria, só vocês...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria que retirasse esta senhora da galeria, por favor, vai sair da galeria, espero a compreensão dos Srs. Parlamentares...

(As Galerias se manifestam.)

Esses são os professores que ensinam os nossos filhos. Vamos votar. Os Srs. Deputados que queiram votar, marquem as presenças.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A senhora está num lugar de onde que pode cair. Gostaria de que a senhora saísse daí.

Os Srs. Deputados que queiram votar, marquem as presenças.

Gostaria de que a televisão filmasse essa senhora, porque se ela cair das Galerias não vai culpar a estrutura da Casa. Ninguém provocou.

(Tumulto nas Galerias)

Gostaria de que fosse fotografada essa senhora, a posição em que ela está nas Galerias, pois estou pedindo que ela saia porque pode cair.

(As Galerias se manifesta cantando.)

Srs. Deputados, marquem as presenças, por favor.

Já há quórum suficiente. Em votação.

Deputado Paulo Azi, como recomenda à Bancada de V.Ex^a?

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, recomendo que vote “não” ao projeto, porque fere os professores de morte, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Deputado Paulo Azi recomenda “não”.

Como vota a Bancada de V.Ex^a, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Recomendo “sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A Bancada do governo recomenda “sim” e a Bancada de Oposição recomenda “não”.

(Tumulto nas Galerias)

Esses aí, Srs. Deputados, são os professores que ensinam aos nossos filhos. Essa senhora é professora.

Eu gostaria de que a televisão filmasse esses professores, porque, se por acaso um cair, a responsabilidade é exclusiva deles. A senhora é magra, vai cair, vai ficar ruim.

Estão faltando votar os deputados: Augusto Castro, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Coronel Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Maria Luiza, Luciano Simões, Graça Pimenta, Sargento Isidório, Pedro Tavares, Temóteo Brito, Tom Araújo...

(Tumulto nas Galerias)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação.

Faltam votar os deputados Adolfo Menezes, Augusto Castro, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Eures Ribeiro, Graça Pimenta, Luciano Simões, Luiza Maia, Maria Luiza, Sargento Isidório, Pedro Tavares, Ronaldo Carletto, Timóteo Brito, Tom Araújo.

Vou encerrar a votação. Encerrada (pausa). Resultado: Aprovado, sim 35; não 8.

Projeto número 20047/2012, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado. O projeto irá para sanção de S.Ex^a governador.

Srs. Deputados, após o encerramento desta, tem uma sessão extraordinária para votar dois requerimentos de urgência. Posso votar agora? Já foi convocada para votar os requerimentos de urgência. Se V.Ex^{as} permitirem, voto dois requerimentos de urgência nessa. Foi convocada. São dois requerimentos. Requerimento de urgência 7766/2012, para o projeto de lei 20.048 e o requerimento de urgência para o projeto de lei 20.047.

Eu só posso votar na seguinte, porque essa foi convocada só para votar este projeto e nessa, os deputados solicitaram com mais assinaturas e nós informamos a convocação.

Está encerrada esta sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*